

UNIDADE DIDÁTICA VII – IMPERIALISMO E NEO-COLONIALISMO NO SÉCULO XIX

1. NACIONALISMO NA EUROPA E AS UNIFICAÇÕES TARDIAS: ALEMANHA E ITÁLIA

Originário da Revolução Francesa e das expressões políticas e sociais que marcaram o final da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea, o conceito de nacionalismo ganhou grande importância na Europa, a partir do século XIX e, principalmente, durante o século XX. A estrutura liberal burguesa que rompeu com o absolutismo e com o sentimento de pertencer a um rei, fez nascer a figura do cidadão em substituição ao súdito da idade média. Criou-se o sentimento de pertencimento a uma terra, a um povo e a um Estado.

A Era Napoleônica e as batalhas travadas pelo exército francês também refletiram sobre este sentimento emergente. Os povos se uniram em torno da ideia de nação e estado para resistir às invasões estrangeiras. As deliberações do Congresso de Viena (1815), que na reorganização europeia fragmentou nações, como o caso da Alemanha, que ficou dividida em 39 regiões, e a Itália em sete, acabaram por reforçar o sistema absolutista.

Ideias liberais e democráticas, fortalecidos pelo sentimento de soberania, circulavam na Europa, promovendo embates nesse período de transição. Povos de mesma língua, cultura e costumes estavam divididos pela nova configuração territorial europeia. Insatisfeitos com essa situação, muitos povos buscaram se reunificar, apoiados num mesmo sentimento de pertencimento a uma única nação, promovendo movimentos revolucionários de forte expressão como a “Primavera dos Povos”, de origem húngara, contra a dominação austríaca.

As unificações italiana e alemã, ocorridas no início da Idade Moderna, são consideradas tardias, quando comparadas com os processos de unificação de outras nações europeias.

A necessidade de a burguesia criar um mercado para expandir sua economia foi um dos fatores motivacionais relevantes para essa classe se tornar fundamental no processo de transformação político-econômica ocorrido. Do outro lado do jogo político, os monarquistas pretendiam retomar o poder, retornando aos privilégios que tinham durante o Antigo Regime. Por sua vez, as classes populares ansiavam por

melhores condições sociais, embora o papel que viria a ser desempenhado por elas seria mais de massa de manobra do que como poder decisivo nas transformações políticas.

1.1. A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

A configuração político-territorial da Itália, no início de século XIX, sofreu grande intervenção por parte das medidas firmadas pelo Congresso de Viena, de 1814-1815. Com os acordos consolidados, a atual região da Itália ficou dividida em oito estados independentes, sendo que alguns deles eram controlados pela Áustria.

Nesse mesmo período de retorno da soberania monárquica, movimentos nacionalistas afloraram em diferentes partes da Itália. Ao mesmo tempo, as motivações e projetos desses grupos nacionalistas eram bastante variados. Esses projetos envolviam trabalhadores urbanos e rurais, alcançando até mesmo a burguesia nacional. O *Risorgimento* (Ressurreição, designação do período) manifestou-se em ideais que passaram por tendências republicanas e, até mesmo, monárquicas.

Uma dessas manifestações nacionalistas foi a Carbonária (sociedade secreta revolucionária). A ação desta sociedade se deu ao sul da Itália, sob a liderança do comunista Filippo Buonarrotti. Lutando contra a ação dos governos absolutistas, o carbonarismo foi um dos mais importantes movimentos nacionalistas, de base popular, da Itália.

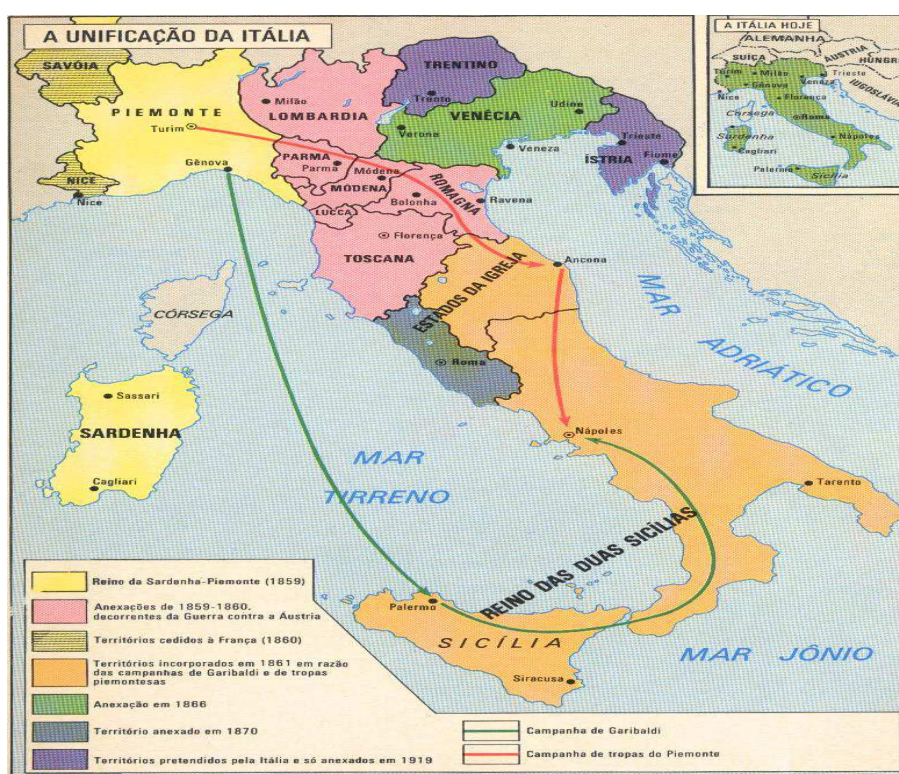
Em 1831, Giuseppe Mazzini liderou outro movimento republicano, representado pela criação da Jovem Itália. Mesmo não obtendo sucesso, o nacionalismo italiano ainda teve forças para avivar suas tendências políticas. No ano de 1847, ocorreu uma série de manifestações antimonárquicas, que varreram a região Norte. No Reino da Lombardia, consolidou-se um dos maiores avanços democráticos, quando o rei foi obrigado a instituir um Poder Legislativo, eleito pelos cidadãos.

Mesmo com a agitação dessas revoltas, a presença austríaca e o poder monárquico das regiões autônomas conseguiram resistir à crescente tendência republicana. Somente com o interesse da burguesia industrial, do norte da Itália, politicamente patrocinada pelo primeiro-ministro piemontês, Camilo Benso di Cavour, o processo de unificação começou a ter maior sustentação. Angariando o apoio

militar e político dos Estados vizinhos e do imperador francês Napoleão III, em 1859 a guerra contra a Áustria teve seu início.

Temendo a deflagração de movimentos de tendência socialista e republicana, o Governo francês retirou seu apoio ao movimento de unificação. Ainda assim, Camilo di Cavour conseguiu unificar uma considerável porção dos reinos do Norte. Nesse mesmo período, ao Sul, Giuseppe Garibaldi liderou movimentos contra as monarquias sulistas. Para não enfraquecer o ideal de unificação, Garibaldi decidiu abandonar a causa unificadora, por não concordar com as ideias defendidas pelos representantes do Norte.

Dessa maneira, os monarquistas do Norte controlaram a unificação, estabelecendo como rei, Vítor Emanuel II. No ano de 1861, o Reino da Itália era composto por grande parte do seu atual território. Entre 1866 e 1870, após uma série de conflitos, as cidades de Veneza e Roma foram finalmente anexadas ao novo governo. A unificação da Itália teve seu fim no ano de 1929, quando após anos de resistência da autoridade papal, foi assinado o Tratado de Latrão (tratado político, reconhecendo a total soberania da Santa Sé no estado da Cidade do Vaticano), completando, assim, a formação da nação italiana.



1.2. A UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Depois da queda de Napoleão (1815), o processo de reorganização das monarquias europeias deu origem à formação da Confederação Alemã. Tal confederação consistia em uma região formada por 38 Estados independentes, comprometidos a defender a soberania das monarquias dos Estados confederados. Dentro desse aglomerado de monarquias, Áustria e Prússia sobressaíam-se, como as mais influentes nações da Confederação.

Por um lado, os austríacos tinham seu desenvolvimento econômico sustentado pelo forte setor agrícola. Por outro, a Prússia via no processo de unificação política dos estados confederados um importante passo para o desenvolvimento econômico daquela região. Buscando efetivar seu interesse, a Prússia criou uma zona aduaneira, chamada de “Zollverein”, que aboliu as taxas alfandegárias entre as monarquias envolvidas no acordo.

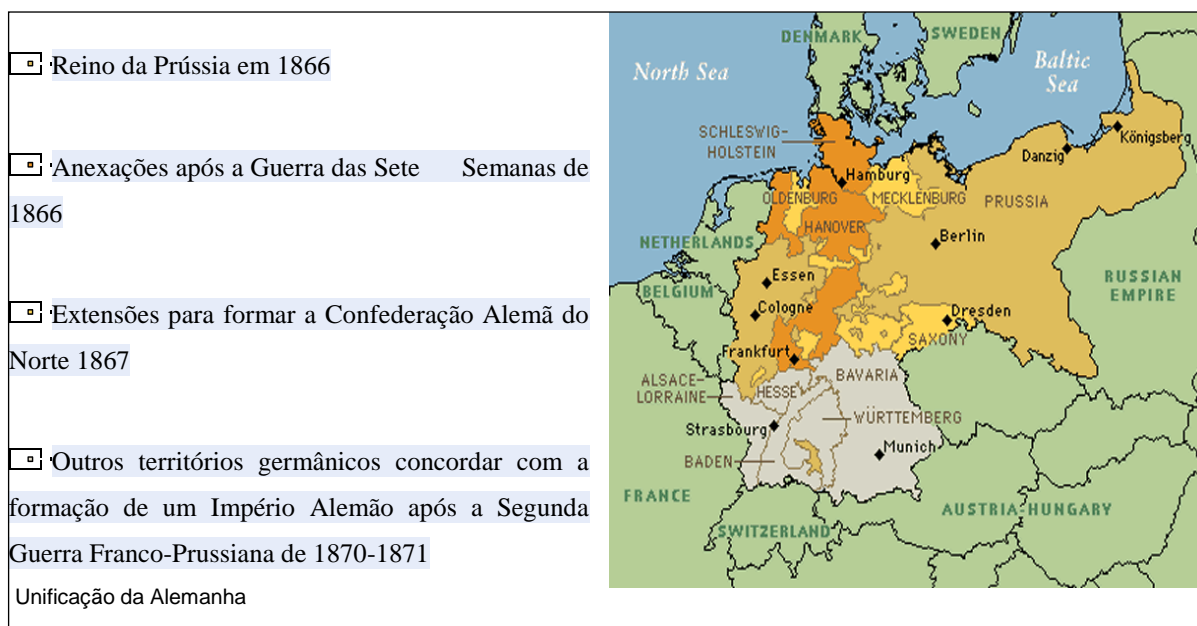
Alheia a esse processo de industrialização e unificação, a Áustria foi excluída do acordo. Prestigiado com o cargo de primeiro-ministro da Prússia, o chanceler Otto Von Bismarck tomou a missão de promover o processo de unificação alemã. Em 1864, entrou em guerra contra a Dinamarca e assim conquistou territórios perdidos durante o Congresso de Viena.

No ano de 1866, Bismarck entrou em conflito com a Áustria e, durante a Guerra das Sete Semanas, conseguiu dar um importante passo para a unificação, com a criação da Confederação Alemã do Norte. Com isso, a Prússia passou a deter maior influência política entre os estados germânicos, isolando a Áustria. Com o desgaste político entre a França e a Prússia, o governo de Bismarck tinha em mãos a última manobra que consolidou o triunfo unificador.

Com a vitória na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a Prússia conseguiu unificar a Alemanha. O rei Guilherme I foi coroado como Kaiser (imperador) da Alemanha e considerado o líder do II Reich Alemão. Conquistando, na mesma guerra, as regiões da Alsácia e da Lorena, ricas produtoras de minério, o império alemão viveu uma rápida ascensão de sua economia.

O processo de unificação da Alemanha, junto com o italiano, simbolizou um período de acirramento das disputas entre as economias europeias. A partir do estabelecimento dessas novas potências econômicas, observou-se o surgimento de uma tensão política, gerada pelas disputas imperialistas, responsáveis pela

montagem do delicado cenário preparatório da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais.



2. O IMPERIALISMO EUROPEU

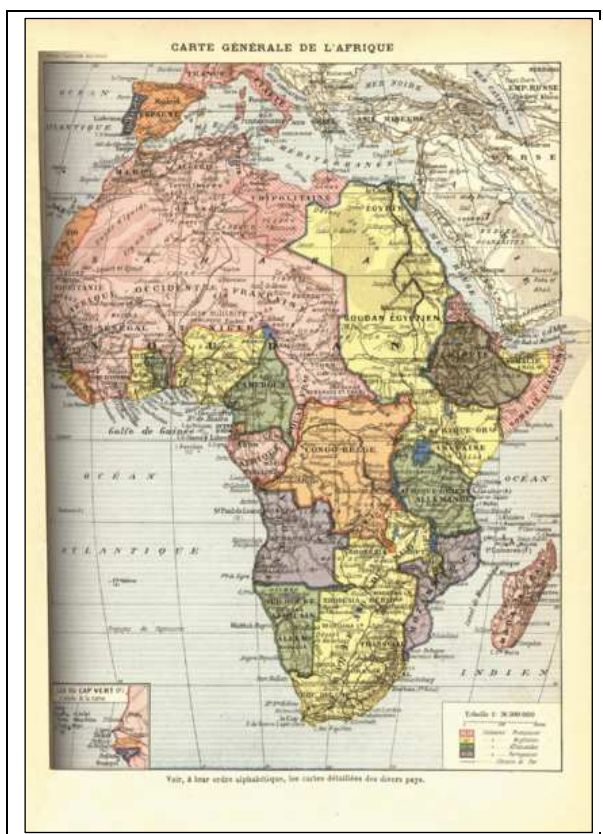
2.1. A PARTILHA DA ÁFRICA

No fim do século XIX e início do século XX, com a expansão do capitalismo industrial, o neocolonialismo teve início no continente africano. Entre outras características, foi marcado pelo aparecimento de novas potências concorrentes, como a Alemanha, a Bélgica e a Itália. A partir de 1880, a competição entre as metrópoles, pelo domínio dos territórios africanos, intensificou-se. A partilha da África teve início, de fato, com a Conferência de Berlim (1884), que instituiu normas para sua ocupação, que ainda não havia sido colonizada. No início da I Guerra Mundial, 90% das terras africanas já estavam sob domínio europeu. A partilha foi feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo, o que contribuiu para o acirramento dos conflitos atuais no continente africano.

A justificativa para a intervenção imperialista foi o avanço da civilização ocidental. O ocidente, representado pelos fortes, levaria ao oriente (os atrasados e fracos) a civilidade, o avanço. Segundo Barbosa (2008:160), buscou-se na

cientificidade da época justificativas para as ações de partilha da África. Os neocolonialistas e imperialistas fizeram emergir o conceito racial e de superioridade étnica dos brancos sobre os negros, criando a necessidade de se colonizar o continente africano, considerando que ele estava fadado ao desaparecimento em função da teoria da “seleção natural”.

Após a partilha, ocorreram movimentos de resistência. Muitas manifestações foram reprimidas, com violência, pelos colonizadores. A colonização, à medida que representou a ocidentalização do mundo africano, suprimiu as estruturas tradicionais locais e deixou um vazio cultural de difícil reversão. O processo de independência das colônias europeias, do continente africano, só teve início a partir do final da II Guerra Mundial.



Mapa francês de África com as reivindicações coloniais. Posses alemãs em verde; posses belgas em laranja; britânicas em amarelo; francesas em rosa; portuguesas em púrpura; e a independente Etiópia em castanho.

A divisão territorial não levou em consideração as questões étnicas. As fronteiras artificiais, construídas pelos europeus, dividiram grupos de mesma etnia e mesmos traços culturais e linguísticos. Os europeus, inclusive, se valeram das rivalidades étnicas entre grupos de uma mesma colônia para efetivar a dominação, apoiando-se ora em um grupo, ora em outro, de acordo com a conveniência

conjuntural. As consequências decorrentes dessa nova configuração territorial foram muitas, e perduram até os dias atuais.

2.2. A DIVISÃO DA ÁSIA

O continente asiático, desde a Idade Média, tem sido alvo de cobiça por parte dos comerciantes europeus. O estabelecimento da Rota da Seda, aliado ao comércio das especiarias, incrementou essa relação.

Com investimentos em ferrovias, as grandes potências abriram o mercado asiático para o ocidente e, no século XIX, finalmente os países europeus passaram do simples comércio praticado nos portos à política de zonas de influência, dando início à partilha do Oriente.

Os ingleses conquistaram a Índia em 1757. A partir deste momento, foi desencadeada uma grande evolução na colonização e exploração da região, viabilizadas por intermédio da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Em 1849, a coroa britânica assumiu o controle político de quase todo o subcontinente indiano. Em 1858, ocorreu a Revolta dos Cipayos, com os nativos que serviam nas tropas coloniais inglesas. Com o esmagamento da rebelião, a Índia foi definitivamente integrada ao Império Britânico.

Na China, a Guerra do Ópio (1840-1842) permitiu a conquista de Hong-Kong, Xangai e Nanquim, por parte da Inglaterra. Uma associação secreta, a Sociedade dos Boxers, com apoio do governo chinês, reagiu a tal invasão, promovendo atentados contra os estrangeiros. As potências europeias, face ao enfrentamento iminente, organizaram uma expedição conjunta, dando início à Guerra dos Boxers, que encerrou com domínio sobre o território da China.

Dentro do processo de repartição do continente asiático, outras ações podem ser destacadas: a posse francesa da Indochina (1884), a conquista alemã da península chinesa de Shantung – atual Shandong (1897) e a ocupação japonesa da Coreia (1910). Em 1898, após a Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos estabeleceram um protetorado no Havaí e ocuparam Pearl Harbour, e anexaram a ilha de Guam e as Filipinas.

Em 1914, às vésperas da I Guerra Mundial, 60% das terras e 65 % da população do mundo dependia da Europa. Suas potências tinham anexado 90% da África, 99% da Oceania e 56% da Ásia.



Partilha da Ásia (sec XIX)

3. A RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO

3.1. A GUERRA DO ÓPIO (CHINA, 1884-1885)

A Companhia Britânica das Índias Orientais mantinha intenso comércio com os chineses, comprando chá e vendendo o ópio trazido da Índia. A droga representava metade das exportações inglesas para a China. Em 1839, o governo imperial chinês tentou deter sua importação ilegal e mandou queimar, na cidade de Cantão, 20 mil caixas apreendidas de traficantes ingleses. Teve início a I Guerra do Ópio. O Reino Unido enviou uma frota de guerra, em 1840, ocupando Xangai. Rendidos pelo poderio naval britânico, em 1842, os chineses aceitam o Tratado de Nanquim, segundo o qual a China foi forçada a pagar indenização, abrir cinco portos para o comércio e ceder Hong Kong aos britânicos. Em 1856, o Reino Unido, auxiliado pela França, aproveitou o incidente com um barco, em Cantão, para nova investida, iniciando a II Guerra do Ópio. Em 1860, britânicos e franceses ocuparam Pequim. Derrotada, a China foi obrigada a fazer novas concessões.

3.2. A REVOLTA DOS CIPAIS (ÍNDIA, 1857)

A Revolta dos Sipais (também Cipais, Sipaio, ou Cipaio), em 1857, foi um período prolongado de levantes armados e rebeliões, na Índia setentrional e central, contra a ocupação britânica daquela porção do subcontinente. Pequenos incidentes por descontentamento, em janeiro, envolvendo incêndios criminosos em acantonamentos, foram os precursores da rebelião. Posteriormente, uma revolta em grande escala ocorreu em maio, tornando-se uma guerra aberta nas regiões afetadas. O conflito causou o fim da administração da Companhia Britânica das Índias Orientais e o início do governo direto de grande parte do território indiano pela coroa britânica (Raj Britânico), nos noventa anos seguintes, embora alguns estados (chamados coletivamente de "estados principescos") mantivessem uma independência nominal e continuassem a ser governados pelos respectivos marajás, rajás, nababos etc.

Alguns, dentre os modernos indianos, consideram a Revolta dos Cipais, o primeiro movimento de independência de seu país.

3.3. A REBELIÃO DOS BOXERS (CHINA, 1900)

O Levante, Rebelião ou Guerra dos Boxers* (1899-1900), chamado também de Movimento Yijetuan, foi um movimento popular antiocidental e anticristão na China. A rebelião começou na província de Shandong e teve suas raízes na pobreza rural e no desemprego, cuja culpa foi atribuída às importações do Ocidente. O incidente teve início quando os boxers atacaram algumas missões e estabelecimentos estrangeiros, cortaram linhas telefônicas e vias férreas, progredindo em direção ao Oeste. Os missionários, chineses e cristãos, além daqueles que possuíam bens estrangeiros, também foram atacados. O movimento foi apoiado pela imperatriz Cixi (Tseu-Hi) e alguns governadores de províncias.

Em 17 de Junho de 1900, os boxers cercaram as delegações diplomáticas estrangeiras, em Beijing, por dois meses. No auge da revolta, em agosto de 1900, tinham sido mortos mais de 230 estrangeiros e milhares de chineses cristãos. Para

*

Nacionais que se opunham ao domínio e influência estrangeira, acreditando que seria possível combater essas forças através do treino adequado do boxe chinês (Kung Fu).

sufocar a rebelião, organizou-se uma força internacional, composta de 20 mil soldados russos, americanos, britânicos, franceses, japoneses e alemães. Esse contingente foi enviado para ocupar a sede imperial, onde penetrou em 14 de agosto de 1900, ocupando e saqueando a capital Cixi.

As forças estrangeiras lançaram ataques punitivos na região de Beijing e negociaram pesadas reparações no Protocolo Boxer (1901). A monarquia salvou-se, aceitando a liquidação das sociedades secretas, o pagamento de uma indenização de guerra e a proibição de importação de armas.



Um boxer em 1900

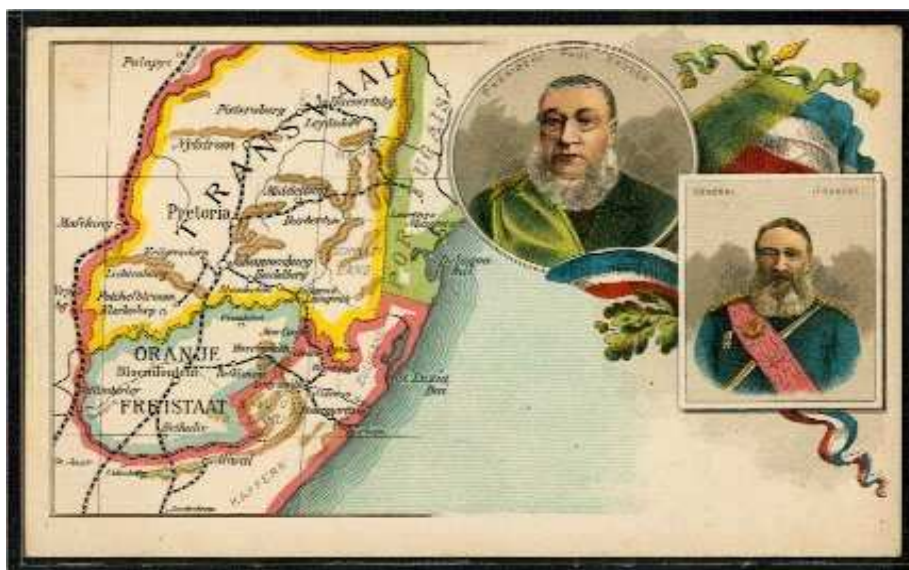
3.4. A GUERRA DOS BÔERS (1898-1902)

A Guerra Bôer (ou dos Bôeres) foi o confronto entre o Reino Unido e os fundadores (bôeres) das repúblicas independentes de Transvaal e Orange, no Nordeste da África do Sul. O conflito, que durou até 31 de maio de 1902, iniciou-se com a tentativa da Coroa britânica de anexar as duas repúblicas, ricas em jazidas de diamante, ouro e ferro. Os bôeres, que ocupavam a região desde 1830, lutaram para preservar sua independência.

Os ingleses viram nesse nacionalismo um risco à dominação do Reino Unido no Sul da África. No princípio, a supremacia foi dos bôeres. Estes invadiram a colônia do Cabo, sitiaram cidades importantes e anexaram territórios ingleses. Porém, em 1902, ocorreu a contraofensiva inglesa. A superioridade britânica em homens e armamentos derrotou os bôeres. As tropas inglesas devastaram e queimaram as propriedades, ao longo da guerra. Os bôeres capturados (homens,

mulheres e crianças) foram colocados em campos de confinamento, onde morreram cerca de 20 mil pessoas.

As notícias sobre o tratamento desumano dado pelos ingleses aos prisioneiros intensificaram a imagem negativa do Reino Unido perante a opinião internacional. Com a Paz de Vereeniging (31 de maio de 1902), as repúblicas foram incorporadas ao Reino Unido e, em 1910, juntaram-se às colônias do Cabo e de Natal para constituir a União Sul-Africana.



Mapa de Transvaal e Estado Livre de Orange, e os retratos do Presidente Krüger e do General Joubert. Paul Kruger foi Presidente da República do Transvaal entre 1883 e 1902.

4. O IMPERIALISMO DOS EUA

O fenômeno imperialista do século XIX esteve diretamente associado à nova fase do capitalismo e só foi praticado pelos países fortemente industrializados. Como os EUA foi o primeiro país fora do continente europeu a industrializar-se, fez parte desse movimento imperialista, com algumas restrições decorrentes da linha filosófica liberal da formação da nação norte-americana.

No caso norte-americano, o imperialismo foi justificado a partir da “Doutrina Monroe”, que surgiu como reação à Santa Aliança. A Doutrina, pouco considerada pelas potências imperialistas europeias e até mesmo pelos demais países da América, ganhou dimensão com o crescimento político e militar dos EUA.

No final do século XIX (1898), os EUA começaram a demonstrar forte interesse pelo Golfo do México, devido à sua proximidade com o istmo do Panamá, faixa de terra que liga a América do Norte à América do Sul e com potencial para a conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Os EUA tinham também interesse por Cuba, pois era uma forte produtora mundial de açúcar, o que significava um bom investimento para o capital norte-americano. A partir de 1895, os EUA passaram a apoiar, abertamente, os processos de independência de Cuba e das Filipinas, em relação à Espanha. Esse apoio acabou por gerar um conflito, que ficou conhecido com Guerra Hispano-Americana (1898). Como resultado do conflito, as Filipinas e Porto Rico foram anexados aos EUA e Cuba tornou-se protetorado norte-americano, ficando obrigada a incluir em sua Constituição, a Emenda Platt, que dava direito de intervenção no país, por parte dos EUA, e também permitiu a instalação de uma base naval, norte-americana, em Guantánamo.

Na América do Sul, os EUA implementaram uma política de domínio informal, exercendo influência na região pela pressão política e de dominação econômica. As demais potências capitalistas e imperialistas não questionaram a “Doutrina Monroe”, pois a América não estava em sua zona de interesse.

5. O IMPÉRIO JAPONÊS

5.1. A RESTAURAÇÃO MEIJI (1898)

A partir de 1868, o Japão enfrentou uma das mais radicais mudanças sociais e políticas de sua história: a Restauração Meiji. Para entender melhor essa “revolução”, é importante lembrar que a sociedade japonesa, na metade do século XIX, ainda se organizava de uma forma muito próxima ao sistema feudal. Havia a figura do imperador, mas o poder estava, na realidade, nas mãos do xogum, que era o chefe militar supremo. Enquanto isso, o imperador tinha um poder apenas simbólico (ou imaginário) sobre o arquipélago. Além do imperador e do xogum, existiam na sociedade japonesa os *daimios* (grandes proprietários de terras, detentores de grande parte da riqueza) e os samurais (vassalos dos *daimios*, que representavam a força militar do reino).

A decadência do regime de poder dos xoguns, que enfrentava uma crise financeira e fiscal, dificultando sua permanência, acentuou-se com a pressão norte-

americana para que o país se abrisse ao comércio e à cultura ocidental. Somado a isso, alguns *daimios* estavam em conflito por busca de maiores poderes na esfera política. Assim, essas se tornaram as principais causas da Restauração.

Essas questões fizeram com que os *daimios*, dos feudos de Satsuma e Choshu, passassem a apoiar a ideia de reforçar o poder do imperador, num processo de centralização administrativa, política e militar. Era o Japão superando seu período feudal e voltando a ter um imperador forte, controlador e presente nas questões da vida japonesa. Esse processo foi denominado de Restauração Meiji.

O sucesso da Restauração Meiji é fundamental para as transformações que viriam a colocar no Japão como a primeira potência econômica e militar não-ocidental, e também como a primeira nação, fora do eixo Europa-EUA, a derrotar um exército ocidental, no caso o russo, em 1905, na Guerra Russo-Japonesa.

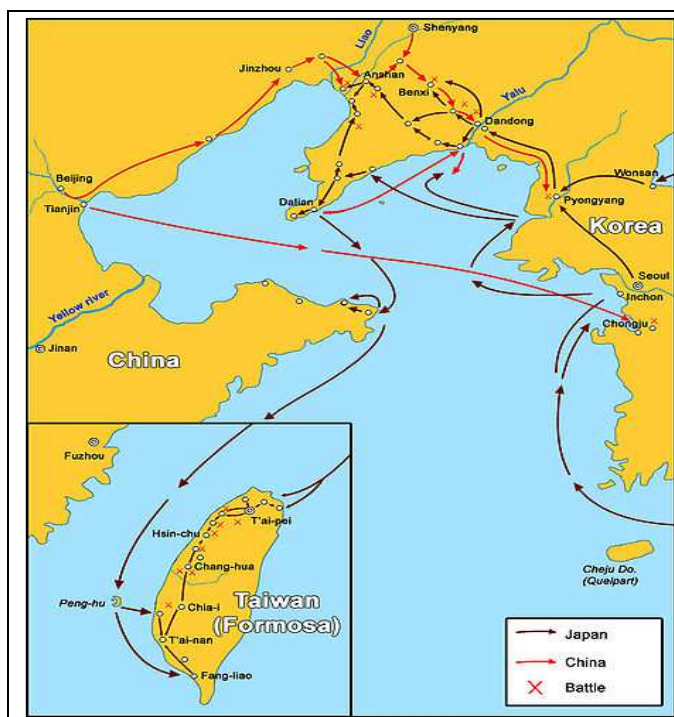
5.2. A GUERRA SINO-JAPONESA (1894-1895)

A Guerra Sino-Japonesa foi um conflito entre o Japão e a China, que perdurou entre 1894 e 1895, pelo controle da Coreia. As forças militares japonesas derrotaram completamente o Exército e a Marinha chinesas.

No ano de 1874, o Japão enviou tropas contra Taiwan, a fim de testar o poder militar dos chineses. No entanto, por pressão do Reino Unido, houve a retirada dos contingentes japoneses. Os japoneses, no ano de 1879, anexaram as ilhas Ryukyu, sob protesto chinês. O propósito japonês era, com a conquista da Coreia, garantir o controle de uma importante posição estratégica e das grandes reservas minerais de carvão e ferro coreanos.

A guerra iniciou em agosto de 1894, quando os chineses bombardearam navios japoneses. No início do ano de 1895, tropas do Japão invadiram a Manchúria e a província de Chan-tung, tomando o porto Arthur e controlando o acesso marítimo e terrestre à Pequim.

A paz foi selada no ano de 1895, por intermédio de Tratado de Shimonoseki. A China teve que reconhecer a independência coreana e pagar indenização de guerra ao Japão, além de ceder territórios e abrir portos ao comércio japonês.



Guerra sino-japonesa

5.3. A GUERRA RUSSO-JAPONESA (1904-1905)

A Guerra Russo-Japonesa foi um conflito entre o Império do Japão e o Império Russo, nos anos de 1904 e 1905, pela disputa dos territórios da Coreia e da Manchúria. Durante os embates, o regime do czar Nicolau II, da Rússia, foi abalado por uma série de revoltas (1905), envolvendo operários, camponeses, marinheiros (revolta no couraçado Potemkin) e soldados do exército. Greves e protestos contra o regime absolutista do czar explodiram em diversas regiões da Rússia. Os líderes socialistas procuraram organizar os trabalhadores em conselhos (os soviets), nos quais se debatiam as decisões políticas a serem tomadas.

O Japão era um país de tradições militares, apesar de enfrentar severa crise econômica. Com navios menores, mas com grande mobilidade e poder de fogo muito superior aos pesados e antigos navios russos, a marinha japonesa impôs uma derrota humilhante aos russos. Esta guerra marcou o reconhecimento do Japão como potência imperialista, enquanto a derrota russa, por sua vez, patenteou a fraqueza do regime czarista e iniciou a sua queda, concretizada na Revolução de 1917.



Guerra Russo-Japonesa

Teatro da Guerra Russo-Japonesa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

BARBOSA, Elaine Senise. Conferência de Berlim (1884-1885). In: MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. p. 153-180.

HERNANDÉZ, Leila Leite. O processo de “roedura” do continente e a Conferência de Berlim. In:_____. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Sol Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. In:_____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. Conflitos e Guerras. In:_____. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JOHNSON, Paul. Uma Teocracia Infernal, Um Caos Celestial. In:_____. **Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: BIBLIEx; Instituto Liberal, 1994.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602 p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. 963p.